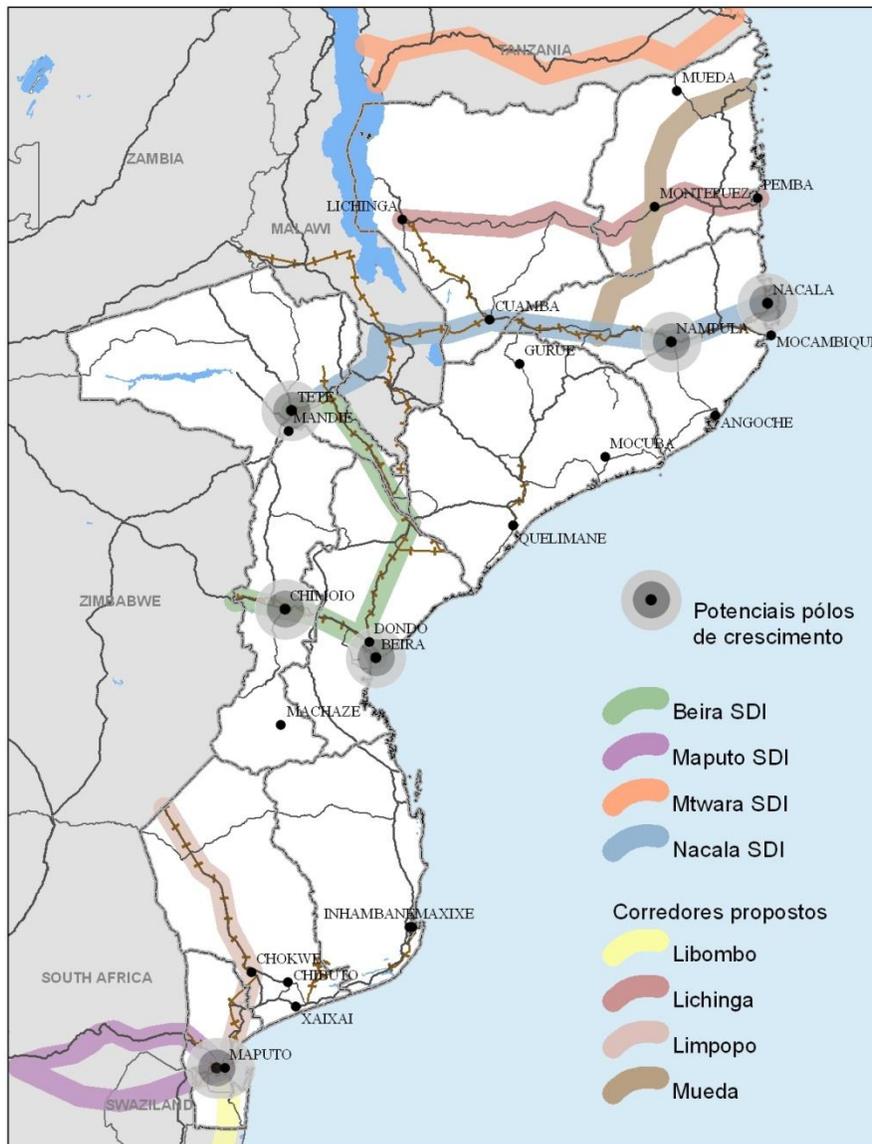


# Perspectivas para os Pólos de Crescimento em Moçambique: Sumário do Relatório

Agosto 2010



The World Bank  
Finance & Private Sector Development  
Africa Region



# Perspectivas para os Pólos de Crescimento em Moçambique: Sumário do Relatório <sup>1</sup>

## Índice

1. ASPECTOS GERAIS DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE POLOS DE CRESCIMENTO EM MOÇAMBIQUE .....	4
2. AVALIAÇÃO DE POTENCIAIS POLOS DE CRESCIMENTO .....	6
I. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Tete .....	8
II. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Nampula.....	11
III. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Sofala .....	14
IV. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Maputo.....	17
3. INICIATIVAS NACIONAIS PARA APOIO DA ESTRATÉGIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO .....	19
4. PASSOS SEGUINTEs .....	21

---

<sup>1</sup> Este sumário do relatório baseia-se nas conclusões de um estudo mais abrangente, preparado por Mazen Bouri (Especialista em Desenvolvimento do Sector Privado, AFTFE), Michael Engman (Jovem Profissional, AFTFE), Tugba Gurcanlar (Consultor, AFTFW), Karen Faarbaek Jensen (Profissional Júnior, AFTFE), e Ganesh Rasagam (Chefe da Equipa de Trabalho, Especialista Sénior em Desenvolvimento do Sector Privado, AFTFE) com a valiosa contribuição de Ranga Rajan Krishnamani (Consultor) e Siobhan Murray (Técnico Especialista, DECPI) e com a orientação de Michael Fuchs (Conselheiro, AFTFE) e Marilou Uy (Director do Sector, AFTFP) no Departamento de Desenvolvimento do Sector Financeiro e Privado do Banco Mundial, Região África (AFTFP).

# 1. ASPECTOS GERAIS DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE PÓLOS DE CRESCIMENTO EM MOÇAMBIQUE

## *Objectivo e âmbito do estudo*

O objectivo deste estudo é assistir o Governo de Moçambique na concepção e implementação de estratégias de pólos de crescimento<sup>2</sup> em sub-regiões seleccionadas, com base em programas correntes e propostos e em experiências internacionais. O estudo centra-se em sub-regiões situadas nos três principais corredores de desenvolvimento: Beira, Maputo e Nacala. Estas sub-regiões foram escolhidas em virtude da concentração de investimentos privados, das oportunidades de crescimento lideradas pelo sector privado, dos actuais desafios ao desenvolvimento e das intervenções em curso, bem como da sua potencialidade para demonstrar os benefícios de uma abordagem integrada de pólos de crescimento. Os corredores cobrem, em particular, as províncias de Maputo, Nampula, Sofala e Tete.

## *Contexto nacional e estratégias de pólos de crescimento*

As metas principais de uma estratégia integrada de pólos de crescimento em Moçambique são a promoção do crescimento e emprego liderado pelo sector privado acompanhado da maximização dos resultados de desenvolvimento para um crescimento sustentável e equitativo, especialmente nas províncias mal abastecidas. Contém seis pilares: (i) aumento da competitividade económica sub-nacional através de reformas no clima de negócios; (ii) promoção e desenvolvimento de empresas locais e indígenas mediante o fomento de sistemas de ligação com grandes investimentos estrangeiros; (iii) reforço da capacidade institucional local; (iv) modernização da infra-estrutura urbana; (v) reforço da governação económica; e (vi) melhoria da gestão dos impactos sociais e ambientais dos grandes investimentos.

Em termos de objectivos de desenvolvimento nacional, a estratégia dos pólos de crescimento apoia o programa do Governo de um crescimento partilhado e equitativo em todo o país. Contempla desafios de desenvolvimento de importância crítica a nível sub-nacional e visa reforçar a competitividade das regiões inseridas nos corredores. Também acelera os resultados das iniciativas de desenvolvimento espacial em curso (SDI) através de intervenções alveadas. A estratégia proposta de pólos de crescimento em Moçambique vai complementar as iniciativas existentes do Governo e seus parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial, ao nível nacional e local. Um dos principais objectivos é apoiar as autoridades locais no planeamento, coordenação e descoberta de sinergias entre as intervenções do governo, doadores e sector privado no contexto da descentralização. Sempre que possível, a estratégia de pólos de crescimento irá apoiar-se em lições tiradas de iniciativas locais e complementar ou incrementar aquelas que suportam uma estratégia de desenvolvimento local global.

**Promoção de um crescimento partilhado e equitativo:** Ao longo da última década, o crescimento económico tem sido impulsionado sobretudo por uma série de grandes projectos de investimento na agricultura, infra-estruturas e mineração, bem como por entradas volumosas de assistência estrangeira ao desenvolvimento (AED) do estrangeiro. Os megaprojectos<sup>3</sup> têm ajudado a estimular o crescimento

---

<sup>2</sup> Pólos de crescimento podem definir-se como “*pontos de crescimento económico ou centros de actividade económica que beneficiam da aglomeração de economias e, através da sua interacção com as áreas circundantes, propagam prosperidade do centro para a periferia.*” Consultar o relatório principal para conhecer os aspectos do racional económico e do planeamento espacial de uma estratégia de pólo de crescimento.

<sup>3</sup> Os investimentos superiores a USD 500 milhões.

económico mas representam menos de 2% do emprego urbano do sector privado. O desafio está, portanto, em aumentar a criação de emprego e as transferências de tecnologia associadas com grandes investimentos produtivos. Em 2007-2009, o valor total dos projectos de investimento autorizados pela Agência de Promoção do Investimento de Moçambique (CPI) totalizou USD 14 900 milhões. Se uma proporção considerável destes projectos se concretizar e for bem gerida, haveria a potencialidade de se transformar o ambiente socioeconómico em Moçambique e de se criarem vários milhares de novos empregos.

Da mesma forma, o Segundo Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta para 2006-09 (PARPA II) destaca o crescimento impulsionado pelo sector privado e a maior produtividade com vista a gerir e ajudar a realizar este grande potencial de crescimento. O PARPA II centra-se no desenvolvimento de base distrital, criação de um ambiente favorável ao crescimento dos sectores produtivos e medidas destinadas a ajudar a prosperar no sector formal as micro, pequenas e médias empresas (MPME). Um elemento-chave do PARPA II é o crescimento e o emprego impelidos pelo sector privado, especialmente através da maximização das ligações com os megaprojectos e os grandes investimentos em infra-estruturas, assim como dos respectivos benefícios. Estas prioridades estão também reflectidas no Programa Quinquenal de Desenvolvimento do Governo (2005-2010) e na Estratégia de Parceria com o País do Banco Mundial (2008-2011), prevendo-se que sejam reafirmadas na próxima Estratégia para Redução da Pobreza (2011-2015), actualmente em fase de preparação. Os objectivos das estratégias de pólos de crescimento em Moçambique estão directamente correlacionados com as prioridades expressas nestes planos e programas nacionais.

Podem encontrar-se alguns resultados precoces destas estratégias destinadas a promover o crescimento equitativo na expansão de investimentos privados propostos em todo o país. A concentração geográfica dos investimentos está cada vez mais a atingir novas sub-regiões, em conformidade com a estratégia governamental de descentralização e de integração nacional e regional. Esta estratégia visa assegurar um crescimento sustentável e equitativo em todo o país, sobretudo nas províncias do interior. Em 1990-2003, 75% dos fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) estavam concentrados na Cidade de Maputo e na Província de Maputo. Em 2005-2009, 12% dos projectos de investimento autorizados pelo CPI estavam concentrados na Província de Maputo, com a maior parte dos investimentos dirigidos para as províncias do interior mais pobres e os distritos distantes de Maputo. À medida que os investidores se aventuram cada vez mais em zonas fora da área metropolitana de Maputo, incluindo em províncias tais como Nampula, Sofala e Tete, deparam-se com desafios associados com infra-estruturas, instituições e serviços de apoio menos desenvolvidos e capital humano limitado. Estas províncias estão bem posicionadas para beneficiarem de uma estratégia integrada de pólos de crescimento em linha com a estratégia governamental de descentralização e de integração nacional e regional, com vista a assegurar um crescimento sustentável e equitativo nas várias partes do país.

**Abordar os desafios críticos de desenvolvimento:** Com o produto interno bruto per capita do país de USD 886 (2009) e mais de metade da população a viver ainda abaixo do limiar da pobreza, o Governo de Moçambique depara-se com desafios sociais e económicos de monta. Entre estes contam-se o desemprego e a pobreza dos jovens; a elevada prevalência de infecções de VIH; a migração rural/urbana; infra-estruturas físicas e serviços sociais inadequados; falta de capacidade para gerir com sustentabilidade os recursos naturais; e administração das receitas de mineração. Uma estratégia integrada de pólos de crescimento pode ajudar a resolver alguns destes desafios através de uma série coerente de investimentos

do sector público e privado, planeados e coordenados com a participação e forte controlo dos intervenientes locais.

**Fortalecer a competitividade sub-nacional:** Apesar dos esforços destinados a melhorar o clima de investimento, Moçambique ainda ocupa um lugar baixo nos indicadores internacionais de competitividade económica e clima de negócios. Na publicação do Banco Mundial/IFC de 2009 *Ease of Doing Business Indicators* (Indicadores de Facilidade de Realização da Actividade Económica), por exemplo, Moçambique ocupava o 135º lugar entre 183 países, face ao 34º para a África do Sul e o 45º para o Botswana. É particularmente caro e/ou gravoso conseguir alvarás de construção, contratar trabalhadores, registar propriedade, fazer comércio com o estrangeiro e aplicar contratos. Da mesma forma, no *Global Competitiveness Report 2009-2010* do Fórum Económico Mundial Moçambique estava em 129º lugar entre 133 países em termos de competitividade económica. O acesso limitado a financiamento, a prevalência de corrupção percebida, a burocracia governamental pouco eficiente, as infra-estruturas desadequadas e o nível de educação da força de trabalho foram considerados como obstáculos consideráveis. Um inquérito do Banco Mundial às empresas em 2007 concluiu que os principais entraves ao sector privado em Moçambique diziam respeito ao acesso ao financiamento, práticas do sector informal, abastecimento de electricidade deficiente, taxas elevadas de impostos, criminalidade, roubo e desordem. A escassez de competências técnicas representa um constrangimento particular ao desenvolvimento económico local e existem outros problemas que podem estar agravados nas províncias, fora da capital. Responder aos constrangimentos do ambiente de negócios a nível sub-nacional, em coordenação com agências nacionais, poderia conduzir a um controlo mais sólido do processo de reforma e a melhores resultados.

**Acelerar os resultados dos corredores de desenvolvimento:** Moçambique adoptou uma série de iniciativas de desenvolvimento espacial (SDI) ou corredores de desenvolvimento, orientados para a integração regional (Figura 1). Os principais corredores de desenvolvimento compreendem o Corredor da Beira, o Corredor de Maputo, o Corredor de Mtwara e o Corredor de Nacala. Se bem que o Corredor de Maputo tenha conhecido algum sucesso, os outros impactos esperados da abordagem SDI, em termos de *densificação* (ou seja, através do fornecimento de infra-estruturas para apoiar os pequenos produtores agrícolas) e *intensificação* (criando ligações nos dois sentidos entre os grandes investimentos e as MPME), ainda têm de se concretizar em Moçambique. Face à actual intensa procura por parte dos investidores privados, estão reunidas as condições certas para uma abordagem acelerada de pólos de crescimento, que se concentre em sub-regiões seleccionadas no seio destes corredores, para fazer testes pilotos de modelos inovadores de desenvolvimento económico. Uma abordagem de pólos de crescimento podia também procurar maximizar os ganhos de eficiência decorrentes das despesas em infra-estruturas, explorando sinergias com os projectos existentes, criando parcerias público-privadas e otimizando a utilização de investimentos em infra-estruturas, direccionando-os para áreas de elevado crescimento. A estratégia complementa, assim, as SDI e outros programas de desenvolvimento nas sub-regiões.

## **2. AVALIAÇÃO DE POTENCIAIS PÓLOS DE CRESCIMENTO**

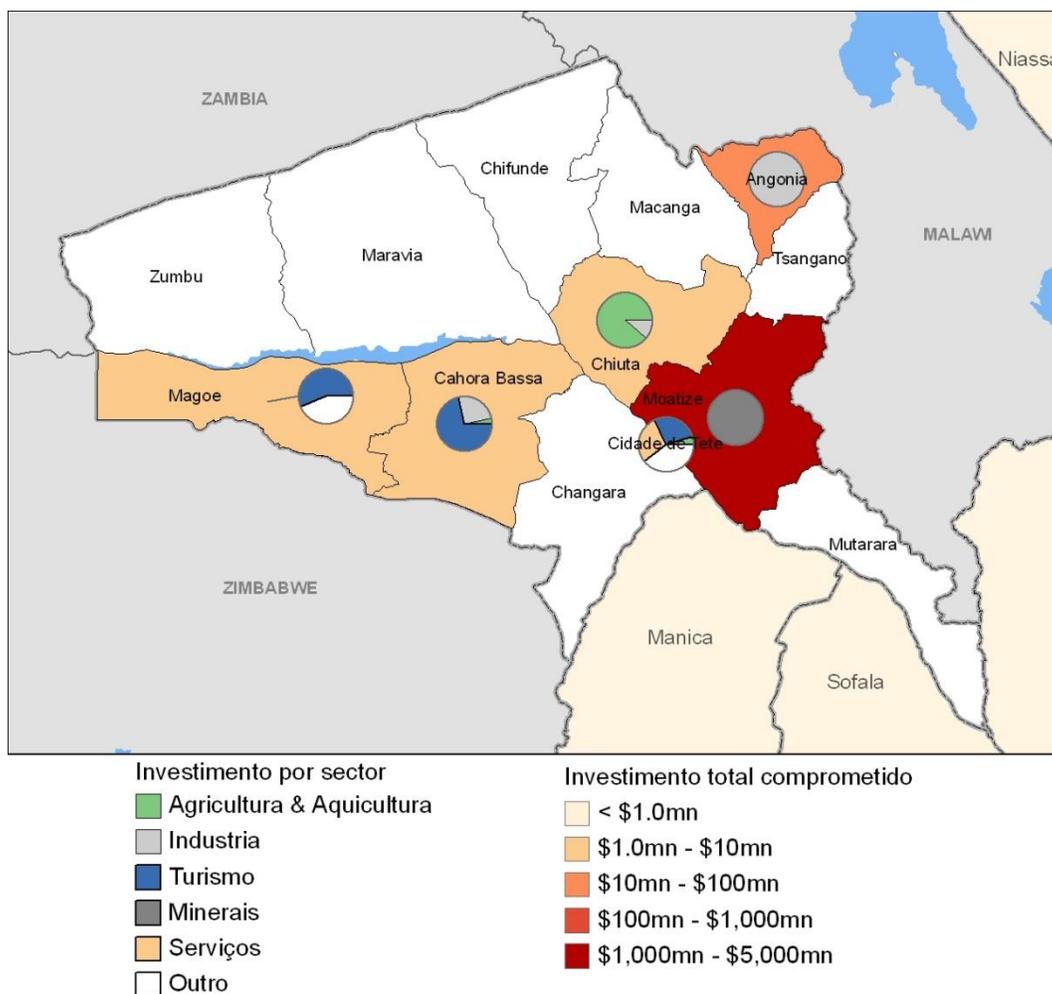
O estudo apreciou potenciais pólos de crescimento ao longo dos Corredores da Beira, Maputo e Nacala, com base na dimensão dos investimentos privados autorizados, actuais motores de crescimento, principais desafios ao desenvolvimento e mecanismos existentes para interacções do sector público e privado e programas de desenvolvimento de parceiros. Com base nesta avaliação, as melhores hipóteses de se fazer



## I. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Tete

A Província de Tete está a viver um crescimento rápido, devido em grande parte aos investimentos no sector da mineração, que deram origem a uma indústria de apoio em crescimento na cidade de Tete e arredores e a uma enorme afluência de trabalhadores de outras províncias e países. Prevê-se que a economia local continue a sua expansão rápida nos próximos anos, em particular se os projectos planeados de mineração e energia se concretizarem; estes projectos iriam dar origem a grandes investimentos em infra-estruturas de transportes, acarretando grandes benefícios para a população local. Contudo, a maioria destes investimentos está planeada para áreas onde o governo provincial e os municípios têm uma capacidade limitada para planear, coordenar e implementar programas e prestar serviços sociais. O crescimento económico sustentável também podia ficar constrangido pela debilidade das instituições de educação e formação, clima de investimento imprevisível, cadeias de abastecimento e ligações com a economia local insuficientes e uma infra-estrutura de comércio frágil.

**Figura 2. Província de Tete: Projectos de Investimento Autorizados pelo CPI por Distrito e Sector, 2005-09**



### Investimentos correntes e planeados

Em 2005 – 2009, 11% (USD 1 800 milhões de um total de USD 16 200 milhões) dos projectos de investimento autorizados pelo CPI direccionavam-se para a Província de Tete (Figura 2). Os

investimentos autorizados para a província subiram de USD 3,9 milhões em 2005 para USD 120,5 milhões em 2009, com a maior parte concentrada no distrito de Moatize, onde se emitiram licenças volumosas de extracção de carvão. Se bem que os projectos relacionados com a mineração representem a maioria dos investimentos totais na província, Tete também atraiu investimentos de monta na construção, energia, hospitalidade e infra-estruturas. Adicionalmente, registaram-se ainda projectos no sector da agricultura e pescas na Província de Tete, autorizados pelo CPI, no montante de USD 12 milhões.

**Prospecção mineira e operações de mineração:** O Governo de Moçambique celebrou um acordo de concessão por 35 anos com a empresa brasileira de mineração Vale S.A. para a produção de carvão de coque no distrito de Moatize em Tete. A empresa acredita que as suas operações, com início em 2011, podem vir a constituir a maior estação de produção de carvão do mundo. Desde Dezembro de 2009, a empresa já investiu USD 450 milhões e empregou 3 600 operários da construção durante a fase de construção. Uma vez concluída a construção, a empresa dará trabalho a cerca de 1000 trabalhadores da mineração e gastará USD 250 por ano (3% do PIB) em bens e serviços domésticos. Em 2012 as operações da Vale podem corresponder a 8% do PIB e em 2015, prevê-se que as royalties e impostos constituam 15% da receita pública. A nível local, o projecto pode gerar 12 mil empregos directos e indirectos, formação profissional e oportunidades para pequenas e médias empresas (PME).

Uma outra empresa de mineração, a Riversdale Mining Ltd da Austrália, que está em Moçambique desde 2006, está a desenvolver o Projecto de Carvão de Benga numa joint-venture com a Tata Steel Ltd. Espera-se que o projecto entre em funcionamento em meados de 2011 e que inicialmente produza até 2 milhões de toneladas de carvão de coque por ano. Durante a fase de construção, o empreendimento empregará cerca de mil trabalhadores, sendo precisos entre 400 e 600 funcionários para produzir os 2 milhões de coque por ano. Para além dos investimentos da Vale e da Riversdale Mining, existem numerosas concessões para exploração na província de Tete que podem conduzir à mineração comercial, incluindo African Queen Mines, Baobab Resources Plc e Coal India Ltd, que estão a fazer a prospecção de ouro, ferro, vanádio e titânio, além do carvão de coque.

**Projectos de energia:** Existem planos para um novo investimento em geração de electricidade na província de Tete, incluindo quatro megaprojectos em estações hidroeléctricas movidas a gás e carvão. Se se realizarem, estes projectos podem aumentar consideravelmente as exportações de electricidade do país e facilitar a electrificação das casas e dos pequenos negócios. Os planos para estes mega-projectos incluem: (i) construção de uma estação hidroeléctrica adjacente à que já existe na barragem de Cahora Bassa, com uma capacidade nominal de produção de energia de 850-1250 MW; (ii) construção de uma estação hidroeléctrica e de uma nova barragem a jusante de Cahora Bassa, em Mphanda Nkuwa, com custos e capacidade estimados em USD 1 800 milhões – 2 800 milhões e 1500-2500 MW; (iii) desenvolvimento do projecto de energia de Benga, incluindo uma estação de energia térmica de 500 MW pela Riversdale Mining e o parceiro de joint-venture Elgas; e (iv) construção de uma estação de 600 MW de carvão térmico pela Vale, S.A.. Para além disto, o Banco Mundial está a apoiar um Projecto Regional de Desenvolvimento de Transmissão, que irá progressivamente ligar os projectos propostos de carvão e hídrico às redes de electricidade em Moçambique e África do Sul.

**Infra-estrutura de Transportes:** Os principais estrangulamentos na infra-estrutura, que impedem o transporte do carvão para os mercados internacionais, são a capacidade das ligações ferroviárias, a capacidade dos terminais de carvão nos portos e a capacidade dos portos para lidarem com navios oceânicos. Existem três rotas de transporte em fase de consideração ou em desenvolvimento para ligar a

província de Tete ao mar, cada uma delas com as suas vantagens e desvantagens: o corredor ferroviário Moatize-Beira, o corredor ferroviário Moatize-Nacala e o transporte por barco no rio Zambeze. A rota imediatamente mais viável é o corredor ferroviário Moatize-Beira, embora a sua capacidade possa não ser suficiente em virtude do aumento da produção de carvão. A longo prazo, a melhor hipótese parece ser o corredor de Moatize-Nacala mas isso iria exigir investimentos avultados e uma estreita coordenação entre o Malawi e Moçambique com vista a ampliar e beneficiar a linha férrea. Os desafios inerentes à construção do corredor de Nacala (via férrea, porto, infra-estrutura de apoio, tal como terminais do carvão) são imensos e as empresas de mineração podem não ter outra opção senão assumir a responsabilidade pela construção da infra-estrutura ferroviária. O transporte por barco no rio Zambeze parece ser a rota menos viável por causa de uma variedade de constrangimentos ambientais e logísticos.

### **Intervenções propostas para o pólo de crescimento**

Os grandes projectos de investimento na província de Tete proporcionam grandes oportunidades de avanço económico e social, se adequadamente administrados. O Governo de Moçambique podia promover o crescimento partilhado e equitativo através de uma série de iniciativas:

- **Melhorar o clima de investimento local.** Apesar da actividade económica de Tete, o clima de investimento continua a não ser favorável aos empreendedores. O custo da actividade económica e as barreiras à entrada no sector formal deram origem a um enorme sector informal. A melhoria do clima de investimento local e a implementação de um programa de clima de negócios são prioridades chave do plano de desenvolvimento estratégico do governo provincial.
- **Promover as relações comerciais apoiando os empresários locais.** As autoridades locais querem apoiar os empreendedores indígenas e promover a integração das empresas domésticas nas cadeias de abastecimento das multinacionais que investem em Moçambique. Tal iria reduzir os custos dos factores de produção para os investidores, gerar mais empregos sustentáveis e resultar numa prosperidade económica partilhada.
- **Facilitar o comércio transfronteiriços.** Vários interessados consultados durante o estudo referiram que os elevados custos das transacções comerciais são um entrave à entrada e saída de bens do país. De uma forma geral, os pequenos comerciantes – as PME que Moçambique precisa de fomentar – são os que mais sofrem com os procedimentos aduaneiros ineficientes e morosos.
- **Criar capacidade governamental para planear, coordenar e implementar programas de desenvolvimento.** Representantes do sector público e privado concordam que deveria ser prioritária a criação de capacidade provincial e local para coordenar a execução de grandes investimentos. A falta de coordenação provoca atrasos e torna os grandes projectos ainda mais caros e morosos.
- **Preparar-se para uma fiscalização transparente e responsável das receitas de mineração.** Moçambique lançou bons alicerces para gerir a procura dos seus recursos de mineração. O desafio agora consiste em gerir eficazmente os investimentos na mineração, à medida que se concretizam. São necessários esforços alvejados para criar mecanismos e instituições para uma captação, gestão e distribuição eficaz das receitas.
- **Reforçar as instituições de educação e formação.** A Província de Tete tem um conjunto limitado de trabalhadores locais devidamente preparados para atender à procura, não apenas de profissionais de mineração mas também de trabalhadores dos transportes, catering, limpeza e dos sectores retalhista,

bancário e da construção. O sistema de educação local precisa de ser fortalecido com vista a produzir as competências exigidas por estes sectores.

- **Manter acesso aberto aos bens de infra-estruturas.** As autoridades reguladoras precisam de ser reforçadas com vista a protegerem-se de práticas anti-competitivas e assegurarem que os investimentos planeados em infra-estruturas (vias férreas, portos) e capacidade de geração de energia beneficiem toda a sociedade.
- **Minimizar os efeitos sociais e ambientais dos projectos de energia e de mineração.** Os novos investimentos em mineração e produção de energia podem causar impactos sociais e ambientais potencialmente adversos, incluindo o realojamento de comunidades locais e a poluição do ar e recursos hídricos. O sucesso económico da cidade de Tete está a aumentar a pressão sobre os já sobrecarregados serviços públicos e a afluência de trabalhadores de fora pode aumentar os riscos de saúde, o que precisa de ser atendido simultaneamente pelo governo local e pelo sector privado.

## II. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Nampula

A Província de Nampula também apresenta potencialidade para implementar uma estratégia de pólos de crescimento, especialmente no corredor entre Nacala-Velha e Malema, o que inclui os distritos de Ribaué, Nampula, Meconta, Mecuburi, Monapo e Ilha de Moçambique. Existe um forte interesse do sector privado nestas áreas, incluindo dois megaprojectos autorizados e um operacional na mineração e nas agro-indústrias, totalizando cerca de USD 8000 milhões. Há ainda uma série de actividades dos doadores, incluindo projectos de desenvolvimento de infra-estruturas planeados, que visam particularmente o desenvolvimento de estradas, água e saneamento. As prioridades do governo provincial – coordenação da actividade de desenvolvimento para assegurar o uso eficaz dos recursos escassos; criação de parcerias público-privadas sólidas; reforço do quadro institucional do desenvolvimento e planeamento; expansão da infra-estrutura urbana e rural; e aceleração do desenvolvimento social – estão estreitamente alinhadas com os objectivos globais de uma abordagem de pólos de crescimento.

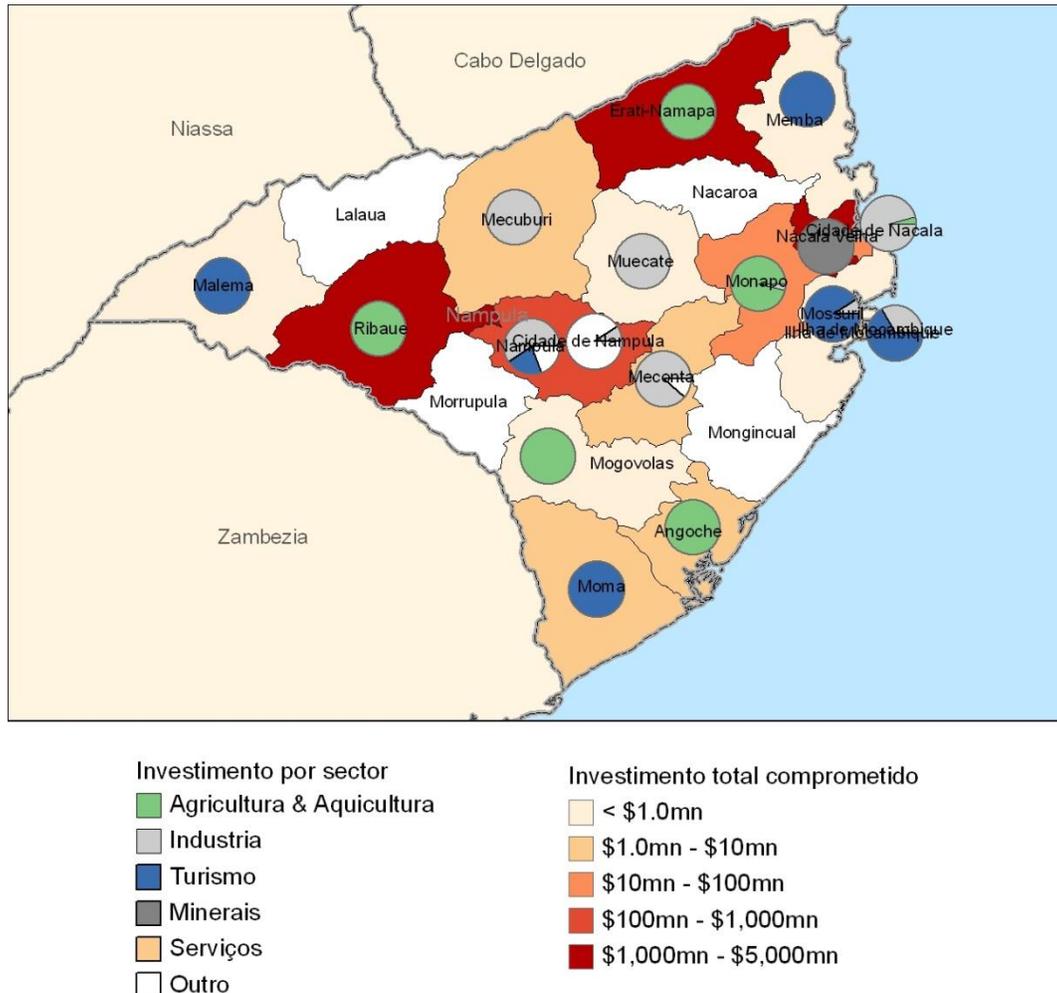
### Investimentos correntes e planeados

Nampula possui um grande número de programas de doadores, sobretudo nas áreas de estradas, água e saneamento, agricultura e turismo. Existem também planos para o envolvimento dos doadores e do sector privado na beneficiação do Porto de Nacala e ferrovias entre Nacala e Malawi. A província já goza de um nível significativo de actividade do sector privado. Em 2005-2009, Nampula captou perto de metade de todos os investimentos privados autorizados no país, a maior parte dos quais ficarão concentrados em dois megaprojectos, um na mineração (a refinaria Ayr-Petro Nacala em Nacala-Velha) e outro no sector da agricultura (Lurio Green Resources, uma plantação de eucaliptos em Mecuburi, Ribaué e Nampula-Rapale). Os outros investimentos propostos estão concentrados em Nacala-Velha, Ribawe Erati, Cidade de Nampula, Monapo e Nacala (Figura 3).

Os sectores identificados como possuindo a maior potencialidade de crescimento e de redução da pobreza em Nampula são as agro-indústrias, mineração e turismo e espera-se que o Porto de Nacala beneficie dos investimentos na mineração e nas infra-estruturas em Tete. A província tem ainda potencialidade de crescimento nas áreas da horticultura, biocombustíveis e pesca e de transformação de produtos agrícolas e das madeiras.

**Megaprojectos:** Os megaprojectos aprovados na região de Nampula compreendem: (i) investimento na extracção de titânio no distrito de Moma pela Kenmare Resources (Irlanda); (ii) construção e exploração de uma refinaria de petróleo no distrito de Nacala-a-Velha por Ayr-Petro; e (iii) plantações de eucaliptos em Mecuburi, Ribawe e distritos de Nampula-Rapale pela Lurio Green Resources. Aprovados em 2004, 2007 e 2009 respectivamente, apenas o investimento em Moma está actualmente operacional.

**Figura 3. Província de Nampula: Projetos de Investimento Autorizados pelo CPI por Distrito e Setor, 2005-09**



**Zona Económica Especial de Nacala:** Desde a criação da Zona Económica Especial de Nacala em 2009, o investimento nacional e estrangeiro nos sectores da agricultura, biocombustíveis, serviços e turismo na zona atingiram cerca de USD 80 milhões. A zona abrange o distrito de Nacala-Velha e do porto, cobre uma área aproximada de 1 300 km<sup>2</sup> e tem uma população de 0,3 milhões. Para além das indústrias existentes, o Governo está a tentar atrair empresas logísticas para a zona. O sucesso da zona, em última instância, irá depender da reclassificação (*upgrading*) do Porto de Nacala e linha férrea entre Nacala e Malawi, assim como do desenvolvimento do aeroporto de Nacala. Adicionalmente, a gestão da zona e administração dos incentivos ao investimento irão exigir instituições robustas e um quadro regulador sólido, que ainda não se encontram em vigor.

**Investimento em Agricultura e Agro-indústrias:** O sector agrícola e das agro-indústrias em Nampula estão a atrair o interesse significativo dos doadores e do sector privado. Os doadores mais importantes que estão a apoiar o desenvolvimento da agricultura comercial e rural incluem a USAID, a Millennium Challenge Corporation (MCC) e o Banco Mundial. A USAID e a MCC estão a apoiar tanto a agricultura comercial como rural através de programas que totalizam cerca de USD 127 milhões. Outros parceiros doadores, incluindo a Japan International Cooperation Agency (JICA) e o Governo do Brasil estão também a analisar o apoio às agro-indústrias ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Nacala. Os investidores do sector privado incluem as empresas Chiquita e Matanuska Ltd, que estão a investir na produção de banana em Nampula. A província é também uma fonte importante de cajus e de castanhas. Mais de 85% das árvores de caju ficam na província de Nampula e existe uma aglomeração de empresas transformadoras de castanha de caju. Por último, a província está a atrair investimento em sectores emergentes, como o dos biocombustíveis. A empresa italiana AVIA está a investir USD 20,1 milhões na produção de jatropha em mais de 10 000 hectares de terra em Nacala-a-Velha.

**Turismo:** Apesar de praias limpíssimas e dotado de belezas naturais únicas, o turismo ainda está subdesenvolvido na província. A USAID está a apoiar o planeamento do sector do turismo, reformas de políticas associadas e a promoção do investimento em Nampula e outras províncias do norte (Cabo Delgado e Niassa). Os investimentos aprovados no sector do turismo estão estimados em cerca de USD 38 milhões.

**Infra-estruturas de Transportes e Urbanas:** O Governo de Moçambique gostaria de se tornar numa rota regional de transbordo, estando a considerar investir, em conjunto com parceiros privados, até USD 1 600 milhões para modernizar as infra-estruturas portuárias, vias férreas e estradas no Corredor de Nacala ao longo dos próximos cinco anos com vista ao aumento de capacidade. Os doadores que estão a apoiar o desenvolvimento das infra-estruturas em Nampula são: (a) o Governo do Japão, que presta assistência técnica à modernização do Porto de Nacala; (b) o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, MCC, DFID, EU e JICA que prestam apoio ao desenvolvimento das estradas em Nampula, através de apoio ao Programa Integrado do Sector das Estradas (PRISE); e (c) um grupo de múltiplos doadores que está a investir no Projecto de Abastecimento de Águas e Saneamento em cidades e pequenas vilas. Há também uma proposta para converter o Campo de Aviação de Nacala num aeroporto comercial, o que deverá acontecer até 2011.

### **Intervenções propostas para o pólo de crescimento**

- ***Melhorar o clima de negócios.*** Inquéritos recentes indicam que empresas em Nampula enfrentam graves constrangimentos, incluindo a falta de acesso a financiamento e terra, competição do sector informal, abastecimento insuficiente e custo elevado da electricidade e taxas de impostos muito elevadas. Enquanto o sector privado estabelecido tem mais probabilidade de que os grandes problemas sejam a concorrência do sector informal e a falta de acesso ao financiamento, já aqueles que estudam a entrada no mercado ou o desenvolvimento do seu negócio destacam as barreiras reguladoras, incluindo o licenciamento das empresas e a administração fiscal, assim como a coordenação entre as diferentes agências públicas como os principais obstáculos. Com vista a maximizar a eficácia das intervenções existentes, bem como apoiar o empreendedorismo, são essenciais reformas reguladoras e um ambiente de negócios favorável em todo o país. Terão de ser complementados por iniciativas regionais. Os procedimentos de lançamento e exploração de negócios a nível provincial deverão ser racionalizados, modernizados e mais transparentes.

- ***Reforçar a capacidade das instituições chave.*** A província está a apoiar o sector privado através de uma melhor coordenação dos serviços para as empresas, de que a criação da Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN) é um exemplo. Existem também muitas instituições responsáveis pela coordenação dos doadores, regulação económica, desenvolvimento das PME e sistemas de ligações, havendo no entanto uma sobreposição de funções em alguns casos, o que reduz a sua eficácia. O número e funções destas diferentes agências podiam ser racionalizados, a sua capacidade reforçada e os seus suportes legais reformados e modernizados. Há também necessidade de se criar capacidade a nível provincial e municipal para melhor se planear e coordenar programas de desenvolvimento, assim como fortalecer a supervisão das agências que apoiam e regulam a actividade económica.
- ***Incrementar o desenvolvimento de infra-estruturas e reformar a sua regulação.*** Responder às consideráveis necessidades de infra-estruturas da Província, ainda por atender, vai exigir uma abordagem integrada e uma sequência estratégica ao planeamento e desenvolvimento a nível local das infra-estruturas. A maior parte das intervenções dos doadores na província apoiam o desenvolvimento de infra-estruturas; no entanto, as estradas, pontes, vias férreas e o porto continuam por desenvolver, conforme também se destaca na Estratégia Provincial de Desenvolvimento de Nampula. A debilidade das infra-estruturas, sobretudo a fraca rede de estradas, as linhas férreas degradadas e o abastecimento de água inadequado penalizam sectores promissores, tais como a agricultura, turismo e transportes. A adopção de adequados quadros reguladores e instituições é essencial para apoiar as PPP na provisão e gestão de infra-estruturas. Há ainda oportunidades para se explorarem sinergias em investimentos de infra-estruturas, como por exemplo novas estradas que apoiem o desenvolvimento agrícola.
- ***Apoiar a criação de sistemas de relações.*** Uma abordagem de pólo de crescimento em Nampula iria facultar sistemas de relações entre os investimentos existentes e as comunidades locais através de: (i) sistemas de subcontratação, (ii) desenvolvimento de qualificações e (iii) desenvolvimento das PME. Não obstante a grande potencialidade e a crescente melhoria do desempenho, menos de 2% dos 4,5 milhões de hectares da terra arável em Nampula é irrigada. A produtividade agrícola continua baixa; a maior parte dos agricultores de pequena escala não está direccionada para o mercado e carece de acesso ao crédito, modernas tecnologias e mercados. Há oportunidades para criação de ligações entre os grandes investimentos privados e os pequenos produtores locais, através do apoio aos esquemas de subcontratação particularmente no sector das agro-indústrias, e mais genericamente através do apoio ao desenvolvimento das PME. Além do mais, o número de licenciados das escolas técnicas não se compara favoravelmente ao da grande maioria das outras províncias de Moçambique. A escassez de competências críticas para apoiar os investimentos privados precisa de ser resolvida através da criação de mais escolas técnicas e de parcerias com o sector privado.

### **III. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Sofala**

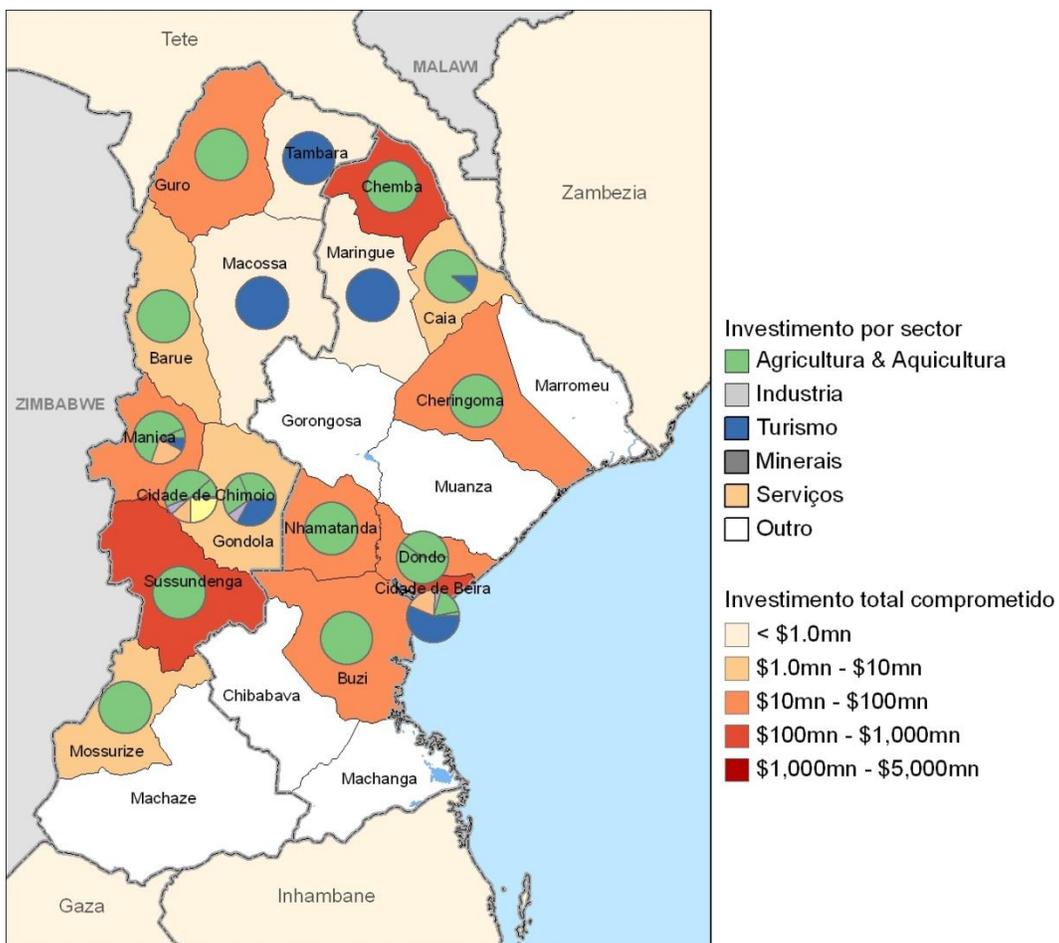
O Corredor da Beira, abrangendo a Província de Manica e em particular a Província de Sofala (Figura 4), contém áreas produtivas de terra agrícola onde o novo investimento em produção comercial pode actuar como futuros pólos de crescimento. No entanto, os negócios nas províncias encontram uma série de desafios, designadamente infra-estruturas desadequadas, serviços públicos e sistema legal e judiciário deficientes, baixa produtividade da mão-de-obra e acesso limitado a financiamento e serviços bancários. Os desafios presentes no ambiente regulador e os processos complicados e demora na obtenção de licenças e alvarás estão entre os principais problemas que impedem uma vibrante economia local de se

desenvolver. As MPME estão particularmente sobrecarregadas com regulações e inspecções. Há margem para uma integração melhorada das instituições nacionais na região, maior interacção entre o governo nacional e os governos de nível sub-nacional e o desenvolvimento de uma visão estratégica para apoio do desenvolvimento do sector privado.

### Investimentos correntes e planeados

O Corredor da Beira é uma das áreas agrícolas mais produtivas de Moçambique. Tem potencial particularmente elevado para milho, sorgo, painço, trigo, arroz, sementes oleaginosas, legumes, frutas, castanhas e gado. O interesse renovado no corredor está a ser comandado pelos investimentos fulcrais de larga escala no sector da agricultura, sobretudo açúcar e algodão, assim como por investimentos em carvão, infra-estrutura e outras indústrias.

**Figura 4. Províncias de Manica & Sofala: Projectos de Investimento Autorizados pelo CPI, por Distrito e Sector, 2005-09**



Com vista a desenvolver a terra de cultivo ao longo deste corredor de transporte, os governos de Moçambique e da Noruega, juntamente com investidores privados e doadores tais como Alliance, CEPAGR e Yara, estão a apoiar uma iniciativa conhecida por *Beira Agricultural Growth Corridor (BAGC)* (*Corredor de Crescimento Agrícola da Beira*), destinada a estimular a revivificação agrícola em

Moçambique e na região da África Austral. A iniciativa visa desenvolver uma planificação detalhada do investimento para os investidores em agricultura comercial e assegurar que os investimentos do sector público e privado na cadeia de valor agrícola sejam convenientemente coordenados.

Os investimentos correntes e planeados do sector privado que são coordenados no âmbito do BAGC somam mais de USD 1000 milhões. Estes incluem investimentos em horticultura (produção de milho, malaguetas, arroz, cereais e sementes oleaginosas para exportação para a Europa e África do Sul); no ecoturismo para restaurar ecossistemas e beneficiar as comunidades locais; pescas; transformação de cereais; ranchos de gado; e a produção de biocombustíveis, que abrange a quota maior dos investimentos.

Os doadores também estão a financiar vários tipos de investimentos em infra-estruturas e assistência técnica no corredor que incluem: a modernização do Porto da Beira (Banco Europeu de Investimento e governos da Dinamarca e da Holanda); recuperação da pista, iluminação e equipamento de controlo de tráfego do aeroporto da Beira (Danida); um projecto de água urbana (Banco Mundial); reforma do clima de negócios (GTZ); crescimento sustentável e equitativo no sector agrícola, a par da conservação de recursos naturais (Agência Austríaca para o Desenvolvimento); e estudos de viabilidade para potenciais projectos de investimento (Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional).

### **Intervenções propostas para o pólo de crescimento**

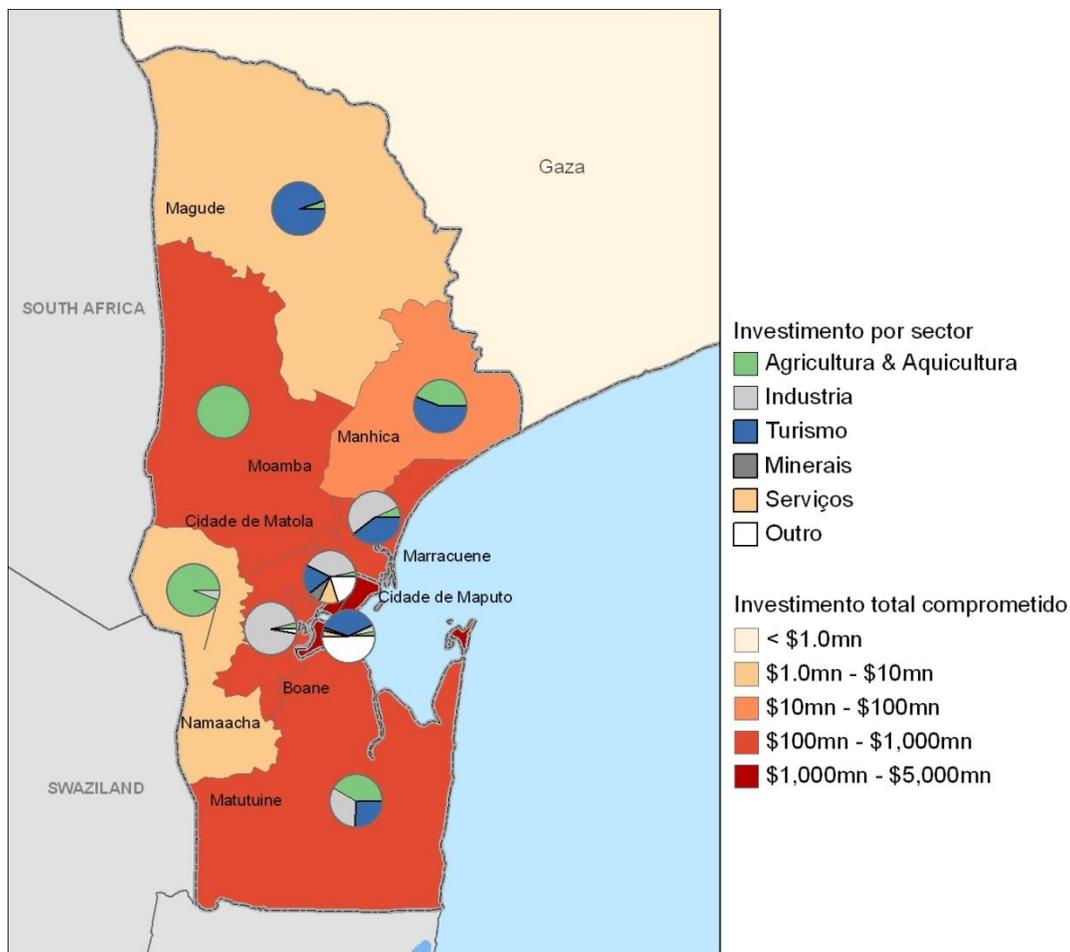
- ***Melhorar o clima de negócios.*** Inquéritos sugerem que a Província de Sofala é a menos receptiva aos negócios e mais burocrática do que a maior parte das províncias de Moçambique. A região central também está sujeita ao maior número de inspecções governamentais. As PME, em particular, sentem-se oprimidas pelas regulamentações e inspecções. Já se fizeram tentativas no sentido de tornar o processo mais fácil através dos balcões de atendimento único mas a relutância de várias instituições em abdicar da sua influência tem impedido o progresso.
- ***Aperfeiçoar as competências na força de trabalho.*** Como acontece nas outras regiões, o sector privado e as associações económicas no Corredor da Beira destacam as qualificações e a produtividade laborais como os principais constrangimentos. São muitos os serviços que não estão disponíveis e que têm de ser contratados em Maputo.
- ***Melhorar os transportes e a infra-estrutura urbana.*** Os grandes constrangimentos nas infra-estruturas são a falta de capacidade e de eficiência do Porto da Beira e o custo elevado dos serviços portuários. Entre as outras prioridades chave contam-se a melhoria do acesso à electricidade e à água e saneamento.
- ***Reforçar a capacidade para prestação de serviços.*** A capacidade das agências do governo provincial e local em matéria de planeamento e coordenação de programas de desenvolvimento, bem como de planeamento urbano e fornecimento de serviços público precisa de ser consideravelmente reforçada. Há margem para uma melhoria da comunicação e coordenação entre as instituições nacionais e locais na prestação de serviços.
- ***Apoiar o Beira Agricultural Growth Corridor (Corredor de Crescimento Agrícola da Beira).*** A iniciativa BAGC, conduzida pelo sector privado, tem potencialidade para produzir um enorme impacto transformacional na região em termos de crescimento e oportunidades de emprego. Uma

abordagem de pólo de crescimento podia apoiar esta iniciativa através de investimentos em infra-estruturas e da criação de um ambiente institucional e de políticas propícia.

#### IV. Perspectivas dos Pólos de Crescimento na Província de Maputo

A Cidade de Maputo/região da Província de Maputo, incluindo a cidade industrial da Matola, é o centro económico e financeiro de Moçambique. É já um pólo de crescimento bem estabelecido no Corredor de Desenvolvimento de Maputo (CDM), que atraiu a grande maioria dos fluxos de IDE, incluindo os investimentos mais importantes em infra-estruturas e na área social. O maior parque industrial do país, Beluluane e a fábrica Mozal de alumínio estão situados em Maputo, o mesmo acontecendo com as grandes empresas transformadoras de alimentos e bebidas, produtores de cimento, empresas agro-industriais, incluindo a refinaria de açúcar Maragara e o produtor de bananas, Bananalândia. Maputo também possui um certo número de universidades e escolas técnicas e capital humano mais abundante do que no resto do país. Muito do crescimento do turismo também se registou na área de Maputo, que inclui a Reserva de Elefantes de Maputo e o Parque Transfronteiriço Kruger que abrange partes da África do Sul e da Suazilândia.

**Figura 5. Província de Maputo: Projectos de Investimento Autorizados pelo CPI por Distrito e Sector, 2005-09**



## **Investimentos correntes e planeados**

**Produção industrial:** Na Figura 5 ilustra-se a distribuição dos projectos de investimento autorizados pelo CPI em 2005-2009 dentro de Maputo e áreas circundantes, que incluíram vários projectos industriais. Alguns destes investimentos estavam associados com o primeiro megaprojecto de Moçambique, a fundição de alumínio no valor de USD 2 800 milhões, Mozal I e Mozal II, localizada na região de Matola. O programa da Mozal de sistemas de ligações de pequenas e médias empresas, Mozlink, apoiado pelo CPI e pela IFC, ajudou as empresas locais que fornecem bens e serviços em áreas tais como anúncios, ar condicionado, químicos para limpeza, bombas, redes mosquiteiras, paisagismo e vestuário de protecção. Mozal gasta perto de USD 100 milhões por ano em bens e serviços locais, excluindo pagamentos de electricidade e água.

Foram também realizados investimentos industriais no Parque Industrial de Beluluane, localizado nas proximidades da Mozal, com uma área de 24 hectares na zona industrial da Matola. Desde a sua criação em 2007, este parque gerou USD 20 milhões em investimento e atraiu 22 negócios que empregam aproximadamente mil trabalhadores. A Zona Industrial da Matola também acolhe a fábrica de têxteis, apoiada pela Fundação Aga Khan. Há planos para um gasoduto de USD 50 milhões para a zona. Enquanto a zona tem gozado de um relativo sucesso, ainda está no entanto longe de atingir todo o seu potencial. As questões que travam o seu desenvolvimento são a falta de recursos financeiros para a expansão adicional das infra-estruturas da zona, a falta de diversificação (a maior parte das empresas da zona estão dependentes da Mozal), faltas de água e a escassez de trabalhadores qualificados. Prevê-se que o projecto da linha de transmissão de energia Tete-Maputo melhore a disponibilidade de energia e há propostas para a modernização da rede de estradas e de abastecimento de água.

**Agricultura e serviços:** A Figura 5 revela que a Província de Maputo acolhe, fora da capital, uma série de projectos associados com a agricultura e vários investimentos significativos foram recentemente autorizados pelo CPI no sector do turismo/hospitalidade, tanto em Maputo como nas áreas vizinhas. Os investimentos em infra-estruturas de transportes e de comunicações também foram consideráveis. Por exemplo, o aeroporto de Maputo está actualmente a ser modernizado, com novos terminais de passageiros e de carga.

Para além de investimentos na capacidade produtiva, a Província de Maputo foi contemplada com duas outras iniciativas em curso. Em primeiro lugar, o programa ProMaputo visa reforçar a capacidade institucional e financeira do Município de Maputo, assegurar a prestação de serviços de qualidade e implementar investimentos prioritários seleccionados. Um dos resultados do programa foi o primeiro Plano Estratégico Urbano da Cidade de Maputo e projectos futuros irão, por exemplo, ocupar-se do planeamento da utilização do terreno e da governação metropolitana. Este programa oferece lições valiosas às outras regiões de pólos de crescimento. Em segundo lugar, *Maputo Corridor Logistics Initiative* (MCLI) (Iniciativa Logística do Corredor de Maputo) — uma organização não lucrativa que engloba investidores em infra-estruturas, prestadores de serviços e partes interessadas de Moçambique, África do Sul e Suazilândia — promove e desenvolve o Corredor de Maputo como a principal rota logística de transportes da região. A MCLI serve de voz do sector privado e desempenha um papel de grande importância na coordenação do desenvolvimento da política de logística entre o sector público e o privado.

### **Intervenções propostas para o pólo de crescimento**

- ***Dinamizar a implementação do Corredor de Desenvolvimento de Maputo.*** O corredor de Maputo começa na área do porto de Maputo e continua pelas regiões nordestinas da África do Sul. Há um desequilíbrio marcante no desenvolvimento do CDM entre a África do Sul e Moçambique. Enquanto Maputo tem potencialidade para se tornar a principal porta regional, são vários os constrangimentos que têm de ser resolvidos. O Porto de Maputo precisa de ser modernizado para se tornar mais competitivo em termos de capacidade de manuseamento, qualidade de serviços e custos. A infra-estrutura e serviços ferroviários precisam de ser expandidos para o transporte da carga regional. É necessário que se crie um posto de fronteira de paragem única em Lebombo/Ressano Garcia com vista a facilitar o comércio entre fronteiras.
- ***Estabelecer a Zona Industrial da Matola como um Local de Primeira para Investimento e Crescimento.*** É necessário dar resposta aos problemas de infra-estrutura, institucional e de gestão que afetam a Zona Industrial da Matola/Beluluane, segundo uma abordagem integrada. As falhas no abastecimento de electricidade e de água são um sério entrave para os negócios. Uma estratégia de crescimento integrada envolveria a adopção de reformas críticas do clima de investimento nas áreas de facilitação do comércio, início de negócios e desenvolvimento das PME. Iria também promover sistemas de ligações através do maior acesso ao financiamento, formação e serviços de assessoria para as PME, explorando a experiência de Mozlink. É também necessário desenvolver um quadro institucional e de governação apropriado para uma Estratégia de Crescimento do Corredor de Maputo, com base numa parceria entre o Governo e o sector privado e em coordenação com os intervenientes sul-africanos. O papel da MCLI seria de importância crítica numa iniciativa deste tipo.

### **3. INICIATIVAS NACIONAIS PARA APOIO DA ESTRATÉGIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO**

É necessário adoptar uma série de iniciativas transversais, a nível nacional, com vista a apoiar a estratégia. Estas incluem: (i) planos para melhorar o clima de negócios; (ii) racionalização das agências do sector público que prestam apoio às instituições privadas; (iii) intensificação da coordenação interministerial e nacional/local; (iv) maior supervisão, transparência e responsabilização dos megaprojectos e medidas reforçadas para parcerias público-privadas; e (v) um envolvimento do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento na conceptualização, desenho e implementação da estratégia.

**Melhoria do clima de negócios:** O Governo está a intensificar as reformas para ajudar Moçambique a elevar o seu potencial de crescimento, designadamente através da diversificação das exportações e o estímulo a novo investimento. Em coordenação com o Banco Mundial, o Governo irá acelerar esforços, a nível nacional, destinados a: (i) eliminar a burocracia envolvida para o início e o desenvolvimento de negócios e racionalizar os procedimentos de licenciamento relacionados com a actividade económica; (ii) implementar a nova Lei das Falências, uma vez aprovada pelo Parlamento; (iii) consolidar os procedimentos de registo de propriedade; e (iv) simplificar os procedimentos de desalfandegamento para facilitar o comércio transfronteiriço. A execução destas medidas ao nível local pode receber apoio no âmbito da estratégia dos pólos de crescimento. Entre as outras reformas críticas para tornar a economia competitiva contam-se a melhoria do acesso à terra, modernização da legislação laboral, simplificação da administração tributária, reforço da protecção aos investimentos e intensificação da aplicação dos contratos.

**Racionalização das agências do sector público responsáveis pelo apoio aos investimentos privados:**

Os papéis e funções das várias agências envolvidas no desenvolvimento do sector privado terão de ser racionalizados com vista a prestarem um apoio mais direccionado e eficaz. Estas agências incluem o Centro para a Promoção do Investimento (CPI); o Instituto para a Promoção das Exportações (IPEX); o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME); os balcões de atendimento único; a Unidade de Apoio ao Sector Privado sob a tutela do Ministério da Indústria e Comércio (MIC); e os departamentos provinciais do mesmo ministério. Enquanto o MIC tem por objectivo central as reformas do clima de negócios, a agenda de reforma é mais ampla do que qualquer ministério individualmente e todos os ministérios chave precisam de se empenhar na remoção dos entraves ao crescimento do sector privado.

**Coordenação interministerial e nacional/local:** A estratégia dos pólos de crescimento necessita de um comprometimento político de alto nível e de apropriação, tanto a nível nacional como local. Em Madagáscar, o Comité Directivo dos Pólos de Crescimento era dirigido por um representante da presidência e compreendia ministros, governadores provinciais e líderes do sector privado que se reuniam todos os trimestres. Pode ser necessária uma estrutura idêntica em Moçambique para capitanear a estratégia, possivelmente a nível de presidência ou de primeiro-ministro. O papel da recém-criada Comissão de Coordenação de Estudos e Projectos (COCEP), integrada no Ministério dos Transportes, é fundamental neste domínio. A COCEP está posicionada para prestar apoio ao planeamento espacial dos pólos de crescimento, em conformidade com as SDI. Para que a COCEP possa ser verdadeiramente eficaz e consistente com a estratégia de descentralização do governo, vai precisar de criar escritórios regionais nas áreas dos pólos de crescimento, sob a coordenação das autoridades provinciais. A COCEP deverá centrar-se no seu mandato central de planeamento espacial, devendo as questões pertinentes aos grandes investimentos serem deixadas para uma instituição separada.

**Supervisão melhorada dos megaprojectos e parcerias público-privadas:** Com o intuito de aumentar a supervisão, transparência e responsabilização dos megaprojectos, o Governo apresentou um anteprojecto de lei de Megaprojectos e Parcerias Público-Privadas que iria regular essas empresas e atribuir os direitos para utilização e desenvolvimento de activos, propriedade e recursos naturais. A legislação estabelece a criação de uma nova unidade no Ministério das Finanças que teria a seu cargo a negociação de todos os megaprojectos, independentemente do sector. A unidade também iria formular políticas sectoriais para parcerias público-privadas (PPP) e megaprojectos e analisar e monitorizar as transacções das PPP. No entanto, para ser eficaz, uma tal unidade precisaria de apoio político ao mais alto nível. Também teria de ser autónoma e possuir responsabilidades e protocolos de comunicação claramente definidos. A unidade teria de ter capacidade para avaliar as propostas de investimento, utilizando critérios e metodologias de melhor prática; avaliar riscos e a contingência de dívidas; e determinar a necessidade de incentivos especiais.

**Coordenação de iniciativas pelo sector privado e parceiros de desenvolvimento:** O sucesso dos pólos de crescimento é movido pelos interesses e investimentos do sector privado, com o sector público a desempenhar um papel de coordenador e de regulador e prestando serviços com eficiência. Ao mostrar uma forte apropriação e ao envolver o sector privado na conceptualização, desenho e implementação da estratégia dos pólos de crescimento, o Governo terá aptidão para se concentrar nos recursos e conhecimentos especializados existentes no sector privado e canalizá-los adequadamente. A estratégia dos

pólos de crescimento também exige um compromisso de adesão por parte dos doadores, durante as fases preliminares da conceptualização e desenho.

#### 4. PASSOS SEGUINTEs

Este relatório apresentou uma avaliação preliminar dos potenciais pólos de crescimento ao longo dos três principais corredores de desenvolvimento de Moçambique: o Corredor da Beira, o Corredor de Maputo e o Corredor de Nacala, incidindo na Província de Maputo, na Província de Nampula, na Província de Sofala e na Província de Tete. As medidas seguintes propostas são:

- ***Criar consciência e consenso entre as partes interessadas sobre a metodologia dos pólos de crescimento.*** Com vista a traçar o caminho a seguir, é necessário discutir as conclusões e propostas preliminares do estudo com os intervenientes no governo nacional e provincial, com o sector privado e a comunidade de desenvolvimento. As questões primordiais consistem em assegurar que: (i) a estratégia dos pólos de crescimento seja integrada no trabalho de planeamento espacial em execução pela COCEP; e que (ii) exista consenso entre os principais intervenientes, incluindo a comunidade doadora, quanto à identificação de potenciais pólos de crescimento e à implementação da estratégia.
- ***Proporcionar uma identificação detalhada de potenciais pólos de crescimento.*** É necessária uma análise mais detalhada do potencial para desenvolvimento de pólos de crescimento. Deverá incluir um enquadramento para a selecção de áreas de pólo de crescimento, critérios para seleccionar áreas e projectos prioritários, um enquadramento dos resultados para avaliação dos resultados e apreciação dos benefícios e custos de implementação de uma estratégia de pólos de crescimento, um calendário para as intervenções propostas e a existência de financiamento dos doadores e do sector privado. O enfoque deverá ser na implementação de um conjunto nuclear de projectos prioritários em áreas piloto de pólos de crescimento e onde exista um comprometimento demonstrado e controlo do sector privado e do sector público local.
- ***Assegurar o controlo e a liderança por parte do Governo.*** A adopção de uma estratégia de pólos de crescimento pelo Governo de Moçambique vai exigir um compromisso e apoio político de alto nível, provavelmente ao nível de Primeiro-ministro ou da Presidência. O Gabinete de Estudos da Presidência já manifestou um forte interesse nessa estratégia e poderia talvez liderar a iniciativa. Um passo essencial para a sua adopção seria a criação de uma Comissão de Trabalho ou Comité Directivo público-privado que incluísse os principais intervenientes nacionais e provinciais e grupos da sociedade civil.